

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	xli
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Conceito de Direito do Trabalho.....	1
1.2. Fundamento de existência do Direito do Trabalho.....	1
1.3. Evolução histórica do Direito do Trabalho.....	2
1.4. Flexibilização, desregulamentação e limites.....	3
1.5. Autonomia e subdivisão.....	4
1.6. Deixadinha.....	4
2. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	5
2.1. Conceito e classificação.....	5
2.2. Fontes formais.....	6
2.2.1. Leis.....	7
2.2.2. Decretos.....	7
2.2.3. Portarias, instruções normativas e outros atos do Poder Executivo.....	7
2.2.4. Tratados e convenções internacionais.....	7
2.2.5. Sentenças normativas.....	8
2.2.6. Convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.....	8
2.2.7. Usos e costumes.....	8
2.2.8. Laudo arbitral.....	10
2.2.9. Regulamento empresarial.....	11
2.2.10. Jurisprudência.....	11
2.2.11. Princípios.....	12
2.3. Outras figuras que não constituem fontes.....	13
2.3.1. Doutrina.....	13
2.3.2. Equidade.....	13
2.3.3. Analogia.....	13
2.3.4. Cláusulas contratuais.....	14
2.4. Importância do tema: cláusulas <i>vs.</i> normas.....	14
2.5. Hierarquia das fontes normativas.....	14
2.6. Deixadinhas.....	17
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	19
3.1. Generalidades.....	19
3.2. Princípios constitucionais relevantes para o estudo do Direi- to do Trabalho.....	21
3.2.1. Princípio da dignidade humana.....	21
3.2.2. Outros princípios constitucionais relevantes.....	22

3.3.	Princípios gerais do direito relevantes para o ramo justralhista	22
3.3.1.	Princípio da boa-fé.....	22
3.3.2.	Princípio da razoabilidade	25
3.4.	Princípios do Direito do Trabalho	25
3.4.1.	Princípio da proteção.....	26
3.4.1.1.	Princípio da norma mais favorável	27
3.4.1.2.	Princípio <i>in dubio pro operario</i>	29
3.4.1.3.	Princípio da condição mais benéfica	30
3.4.2.	Princípio da primazia da realidade.....	31
3.4.3.	Princípio da continuidade	32
3.4.4.	Princípio da inalterabilidade contratual lesiva.....	34
3.4.5.	Princípio da intangibilidade salarial	35
3.4.6.	Princípio da irrenunciabilidade.....	36
3.4.6.1.	Renúncia vs. transação.....	37
3.4.7.	Reforma trabalhista e princípios do Direito do Trabalho	38
3.5.	Deixadinhas.....	41
4.	INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	45
4.1.	Interpretação do Direito do Trabalho.....	45
4.1.1.	Métodos de interpretação	46
4.1.1.1.	Interpretação gramatical.....	46
4.1.1.2.	Método lógico ou racional.....	46
4.1.1.3.	Método sistemático.....	46
4.1.1.4.	Método teleológico	47
4.1.1.5.	Método histórico.....	47
4.1.1.6.	Qual método de interpretação deve ser utilizado?.....	47
4.1.2.	Interpretação e Direito do Trabalho	47
4.2.	Integração no Direito do Trabalho.....	52
4.2.1.	Base legal.....	52
4.2.2.	Recursos utilizados na integração (art. 8º da CLT).....	53
4.2.2.1.	Jurisprudência.....	53
4.2.2.2.	Analogia.....	54
4.2.2.3.	Equidade.....	55
4.2.2.4.	Princípios e normas gerais de direito.....	55
4.2.2.5.	Usos e costumes.....	56
4.2.2.6.	Direito comparado.....	56
4.2.2.7.	Direito comum.....	56
4.3.	Aplicação do Direito do Trabalho	59
4.3.1.	Aplicação do Direito do Trabalho no tempo.....	59
4.3.1.1.	Regra nova em face dos contratos em vigor.....	60
4.3.1.2.	Aderência contratual das sentenças normativas e normas coletivas.....	63
4.3.2.	Aplicação do Direito do Trabalho no espaço	65
4.3.2.1.	Marítimo.....	66
4.3.2.2.	Trabalho do técnico estrangeiro no Brasil.....	67
4.3.2.3.	Normas coletivas e base territorial.....	67
4.3.3.	Aplicação do Direito do Trabalho quanto às pessoas	68
4.4.	Deixadinhas.....	69

5.	RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	73
5.1.	Conceito de relação de trabalho	74
5.2.	Distinção entre relação de trabalho e relação de emprego.....	74
5.3.	Modalidades de relação de trabalho	75
5.4.	Relação de emprego.....	75
5.4.1.	Requisitos caracterizadores da relação de emprego.....	76
5.4.1.1.	Trabalho prestado por pessoa física.....	76
5.4.1.2.	Pessoalidade	76
5.4.1.3.	Não eventualidade	77
5.4.1.4.	Onerosidade.....	81
5.4.1.5.	Subordinação	81
5.4.1.6.	Alteridade.....	86
5.4.2.	Outras observações importantes para concursos	87
5.4.3.	Natureza jurídica da relação de emprego	88
5.4.3.1.	Teorias contratualistas tradicionais.....	88
5.4.3.2.	Teorias acontratualistas.....	89
5.4.3.3.	Teoria contratualista moderna	90
5.5.	Trabalho autônomo	91
5.6.	Trabalho eventual.....	92
5.7.	Trabalho avulso	93
5.7.1.	Avulso portuário	94
5.7.1.1.	Tipos de trabalhadores portuários	95
5.7.1.2.	Forma de ingresso nos quadros do Órgão Gestor de Mão de Obra.....	96
5.7.1.3.	Escalação de avulsos	96
5.7.1.4.	Pagamento dos avulsos.....	97
5.7.1.5.	Segurança e saúde do trabalhador portuário	98
5.7.2.	Avulso não portuário	98
5.7.2.1.	Regime jurídico da Lei nº 12.023/2009.....	98
5.7.3.	Direitos trabalhistas dos avulsos.....	99
5.8.	Trabalho voluntário	100
5.9.	Trabalho institucional.....	100
5.10.	Estágio.....	100
5.10.1.	Conceito	100
5.10.2.	Modalidades.....	101
5.10.3.	Vínculo de emprego	101
5.10.4.	Estagiário estrangeiro.....	102
5.10.5.	Agentes de integração.....	102
5.10.6.	Acompanhamento do estágio	102
5.10.7.	Da parte concedente	103
5.10.8.	Direitos do estagiário.....	103
5.10.9.	Da descaracterização do estágio	104
5.10.10.	Proporção entre estagiários e empregados regulares.....	104
5.11.	Trabalho cooperativado	104
5.12.	Amplitude do termo “relações de trabalho” após a EC nº 45/2004	106
5.13.	Deixadinhas.....	109
6.	EMPREGADO.....	113
6.1.	Conceito e critérios de identificação.....	113
6.1.1.	Conceito	113

6.1.2.	Critério de identificação do empregado.....	114
6.2.	Tratamento legal diferenciado a determinados empregados	116
6.2.1.	Altos empregados	116
6.2.1.1.	Cargos ou funções de gestão ou de confiança (exceto bancários).....	116
6.2.1.2.	Cargos ou funções de confiança do segmento bancário	117
6.2.1.3.	Diretor de sociedade anônima.....	117
6.2.1.4.	Sócio empregado.....	119
6.2.2.	Empregados hiperssuficientes	119
6.2.3.	Empregado doméstico.....	124
6.2.3.1.	Definição de empregado doméstico.....	124
6.2.3.2.	Menor de 18 anos e trabalho doméstico	126
6.2.3.3.	Aplicação da CRFB/88, da CLT e de leis não consolidadas ao doméstico	127
6.2.3.4.	Anotação da CTPS	128
6.2.3.5.	Hipóteses de contratação por prazo determinado.....	129
6.2.3.6.	Duração do trabalho.....	130
6.2.3.6.1.	Jornada tipificada e consectários legais	130
6.2.3.6.2.	Descansos	136
6.2.3.7.	Férias.....	138
6.2.3.8.	Remuneração, descontos e data para pagamento do salário.....	140
6.2.3.9.	Vale-transporte.....	141
6.2.3.10.	Extinção do contrato: justa causa e despedida indireta.....	141
6.2.3.11.	Aviso prévio.....	144
6.2.3.12.	Licença-maternidade e garantia provisória de emprego à gestante.....	145
6.2.3.13.	FGTS e seguro-desemprego.....	145
6.2.3.14.	Salário-família.....	147
6.2.3.15.	Prescrição	148
6.2.3.16.	Normas coletivas.....	148
6.2.3.17.	Fiscalização do trabalho doméstico	148
6.2.4.	Empregado rural (rurícola).....	152
6.2.4.1.	Direitos constitucionalmente assegurados ao trabalhador rural.....	159
6.2.4.2.	Aplicação da CLT e de leis não consolidadas ao trabalhador rural.....	160
6.2.4.3.	Lei de Regência – Lei nº 5.889/1973; Decreto nº 73.626/1974	161
6.2.5.	Mãe social.....	173
6.2.6.	Aprendiz	174
6.2.6.1.	Fundamento legal	174
6.2.6.2.	Especificidades do contrato de aprendizagem.....	174
6.2.6.3.	Cota para contratação de aprendizes.....	175
6.2.6.4.	Número insuficiente de vagas no “Sistema S”	177
6.2.6.5.	Jornada de trabalho do aprendiz.....	178
6.2.6.6.	Extinção do contrato de aprendizagem.....	178

6.2.6.7.	Férias.....	179
6.2.6.8.	Descumprimento das condições especiais para contratação do aprendiz.....	179
6.2.7.	Empregado público.....	181
6.2.8.	Outras figuras.....	182
6.3.	Deixadinhas.....	189
7.	EMPREGADOR.....	197
7.1.	Conceito e caracterização.....	197
7.1.1.	Características da figura do empregador.....	199
7.2.	Grupo econômico.....	200
7.2.1.	Caracterização do grupo econômico.....	205
7.2.1.1.	Grupo vertical (ou por subordinação) e grupo horizontal (ou por coordenação).....	205
7.2.1.2.	Empregadores que podem formar grupo econômico.....	208
7.2.2.	Aspectos processuais.....	212
7.3.	Sucessão de empregadores.....	213
7.3.1.	Requisitos para caracterização da sucessão de empregadores.....	213
7.3.2.	Abrangência do instituto da sucessão de empregadores.....	218
7.3.2.1.	Casos especiais de incidência (ou não) da sucessão de empregadores.....	218
7.3.3.	Efeitos da sucessão trabalhista.....	225
7.3.3.1.	Posição do empregado diante da sucessão trabalhista.....	225
7.3.3.2.	Posição do empregador sucedido diante da sucessão trabalhista.....	226
7.3.3.3.	Posição do sucessor diante da sucessão trabalhista.....	226
7.3.3.4.	Responsabilidade do sócio retirante.....	227
7.4.	Consórcio de empregadores.....	229
7.5.	Deixadinhas.....	231
8.	TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO TEMPORÁRIO.....	235
8.1.	Histórico.....	235
8.2.	Conceito.....	237
8.3.	Terceirização vs. princípio da não mercantilização do trabalho.....	239
8.4.	Terceirização vs. intermediação de mão de obra.....	240
8.5.	Terceirização e vínculo direto com o tomador dos serviços.....	241
8.6.	Previsão legal de hipóteses de terceirização (antes da Lei nº 13.429/2017)....	241
8.6.1.	Art. 455 da CLT: empreitada e subempreitada.....	242
8.6.2.	Lei nº 6.019/1974: trabalho temporário.....	245
8.6.2.1.	Definições legais e natureza jurídica do trabalho temporário.....	245
8.6.2.2.	Hipóteses de contratação de trabalho temporário.....	246
8.6.2.3.	Forma do contrato de trabalho temporário.....	247
8.6.2.4.	Prazo do contrato de trabalho temporário.....	248
8.6.2.5.	Direitos do trabalhador temporário.....	249
8.6.2.6.	Condições de trabalho que deverão ser asseguradas ao temporário pela tomadora.....	253

	8.6.2.7.	Hipóteses de rescisão justificada e injustificada.....	254
	8.6.2.8.	Natureza da responsabilidade do tomador dos serviços	255
	8.6.2.9.	Outras regras pertinentes ao temporário	255
	8.6.3.	Lei nº 7.102/1983: serviços de vigilância	256
	8.6.4.	Decreto-Lei nº 200/1967: terceirização na Administração Pública	257
	8.6.5.	Lei nº 9.472/1997: serviços de telecomunicações	258
8.7.		Regime legal da terceirização nas Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017....	259
	8.7.1.	Lei nº 13.429/2017	259
	8.7.2.	Terceirização na Lei nº 6.019, conforme Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017	260
	8.7.2.1.	Atividades sujeitas à terceirização (limites objetivos).....	260
	8.7.2.2.	Idoneidade econômica da prestadora de serviços (limites subjetivos).....	261
	8.7.2.3.	Pejotização.....	262
	8.7.2.4.	Quarteirização ou terceirização em cadeia.....	263
	8.7.2.5.	Cláusula de barreira	264
	8.7.2.6.	Trabalhadores terceirizados e isonomia	265
	8.7.2.7.	Responsabilidade pelas condições de SST	266
	8.7.2.8.	Responsabilidade pelos créditos trabalhistas.....	267
	8.7.2.9.	Terceirização na Administração Pública	267
8.8.		Lei nº 6.019/1974 vs. Súmula 331: o impacto das Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017 na jurisprudência do TST.....	269
8.9.		Cooperativas de trabalho.....	279
	8.9.1.	Crítérios identificadores do verdadeiro cooperativismo	280
	8.9.2.	Relação jurídica formada no âmbito da atividade cooperativa.....	281
	8.9.3.	Requisitos para a licitude da cooperativa de trabalho	282
	8.9.3.1.	Princípio da dupla qualidade	282
	8.9.3.2.	Princípio da retribuição pessoal diferenciada	282
	8.9.3.3.	Affectio societatis.....	282
	8.9.3.4.	Capital próprio.....	283
	8.9.3.5.	Divisão de resultados.....	283
	8.9.3.6.	Realização de assembleias gerais frequentes e conhecimento do cooperativismo	283
	8.9.3.7.	Ausência dos requisitos da relação empregatícia... ..	284
	8.9.3.8.	Exigências formais legais	285
	8.9.3.9.	Direitos assegurados aos sócios de cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012).....	285
	8.9.4.	Cooperativa e terceirização.....	286
8.10.		Terceirização e efeitos	286
8.11.		Deixadinhas.....	291
9.		IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL	297
	9.1.	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	298
	9.1.1.	Quem deve ter CTPS?	299
	9.1.2.	A quem cabem as anotações na CTPS?.....	299
	9.1.3.	O que deve e o que não deve ser anotado?.....	301
	9.1.4.	Vinculação da CTPS ao CPF	303

9.1.5.	Processo de anotação	303
9.1.6.	Valor das anotações da CTPS	305
9.1.7.	Prescrição e anotação da CTPS	306
9.2.	Registro de empregados.....	306
9.3.	Deixadinhas.....	309
10.	CONTRATO DE TRABALHO – CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, ELEMENTOS ESSENCIAIS E NULIDADES.....	311
10.1.	Conceito.....	312
10.2.	Características do contrato de trabalho.....	312
10.3.	Elementos essenciais do contrato de trabalho.....	315
10.3.1.	Agente capaz (ou capacidade das partes).....	315
10.3.2.	Objeto lícito	316
10.3.3.	Forma prescrita ou não defesa em lei.....	318
10.4.	Nulidades no Direito do Trabalho	320
10.4.1.	Nulidade total vs. nulidade parcial	323
10.5.	Deixadinhas.....	324
11.	CONTRATO DE TRABALHO – MODALIDADES.....	327
11.1.	Contrato expresso e contrato tácito	329
11.2.	Contrato individual ou contrato plúrimo (ou por equipe)	330
11.3.	Contrato por prazo indeterminado e contrato por prazo determinado ...	331
11.3.1.	Contrato por prazo indeterminado	331
11.3.2.	Contrato por prazo determinado	332
11.3.2.1.	Forma do contrato a termo.....	335
11.3.2.2.	Limites de prazo e renovação do contrato a termo.....	335
11.3.2.3.	Prorrogação de contrato a termo vs. sucessão de contratos a termo.....	336
11.3.2.4.	Efeitos da contratação a termo quanto à rescisão, à suspensão/interrupção do contrato e às estabelecidas	338
11.4.	Contratos por prazo determinado em espécie	343
11.4.1.	Contrato de experiência	343
11.4.2.	Contrato de safra.....	346
11.4.3.	Contrato de obra certa	347
11.4.4.	Contrato provisório (Lei nº 9.601/1998)	348
11.4.5.	Contrato rural por pequeno prazo.....	349
11.5.	Contrato de trabalho intermitente.....	349
11.5.1.	Conceito de trabalho intermitente	350
11.5.2.	Características e dinâmica do trabalho intermitente.....	351
11.5.3.	Remuneração do trabalho intermitente.....	353
11.5.4.	FGTS e contribuição previdenciária	355
11.5.5.	Férias do trabalhador intermitente.....	355
11.5.6.	Análise crítica do trabalho intermitente	356
11.6.	Contrato de trabalho “verde e amarelo”.....	360
11.6.1.	Prazo para contratação sob esta modalidade.....	360
11.6.2.	Benefício fiscal assegurado ao contratante	360
11.6.3.	Limites para contratação	361

11.6.4.	Direitos dos empregados no contrato de trabalho verde e amarelo	363
11.6.5.	Prazo do contrato de trabalho “verde e amarelo”	366
11.6.6.	Jornada de trabalho.....	367
11.6.7.	Rescisão contratual.....	368
11.6.8.	Periculosidade.....	369
11.5.	Deixadinhas.....	372
12.	CONTRATO DE TRABALHO – EFEITOS E PODER EMPREGATÍCIO.....	375
12.1.	Efeitos contratuais próprios	376
12.2.	Efeitos contratuais conexos	376
12.2.1.	Direitos intelectuais.....	377
12.2.2.	Indenização por dano moral e material trabalhista.....	379
12.2.2.1.	Assédio moral.....	383
12.2.2.2.	Assédio sexual	384
12.2.2.3.	Dano patrimonial provocado pelo empregado – Ressarcimento do empregador	384
12.3.	Poder empregatício	385
12.3.1.	Poder diretivo.....	386
12.3.2.	Poder regulamentar	389
12.3.3.	Poder fiscalizatório	389
12.3.4.	Poder disciplinar	393
12.3.4.1.	Infrações disciplinares	393
12.3.4.2.	Penalidades aplicáveis	394
12.3.4.3.	Revisão de sanções disciplinares pelo Poder Judiciário.....	395
12.3.4.4.	CrITÉrios para aplicação da sanção disciplinar.....	396
12.4.	Deixadinhas.....	403
13.	DURAÇÃO DO TRABALHO – JORNADA DE TRABALHO	405
13.1.	Conceito.....	406
13.2.	Natureza das normas que versam sobre a duração do trabalho	407
13.3.	Tempo computado além do tempo efetivamente trabalhado.....	407
13.3.1.	Tempo em que o empregado se coloca à disposição do empregador (tempo à disposição)	408
13.3.2.	Horas <i>in itinere</i>	413
13.3.3.	Sobreaviso e prontidão	414
13.3.4.	Tempo residual à disposição do empregador.....	416
13.4.	Controle da jornada de trabalho	419
13.4.1.	Jornadas controladas.....	419
13.4.1.1.	Controle de jornada de trabalho realizado fora do estabelecimento	423
13.4.1.2.	Controle de jornada por exceção	423
13.4.2.	Jornadas não controladas.....	424
13.4.2.1.	Atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho (art. 62, I).....	425
13.4.2.2.	Gerentes com poderes de gestão (art. 62, II).....	426
13.4.2.3.	Empregados em regime de teletrabalho (art. 62, III)	427
13.5.	Limitação legal da jornada de trabalho.....	431

13.5.1.	Jornada normal genérica.....	431
13.5.2.	Jornadas especiais de trabalho	431
13.5.2.1.	Bancários.....	433
13.5.2.2.	Turnos ininterruptos de revezamento.....	440
13.5.2.3.	Outras jornadas especiais.....	445
13.6.	Trabalho em sobrejornada	450
13.6.1.	Acordo de prorrogação de jornada.....	451
13.6.2.	Hipóteses de prestação de horas extras independentemente de acordo.....	452
13.6.2.1.	Análise do <i>caput</i>	453
13.6.2.2.	Análise do § 1º.....	455
13.6.2.3.	Análise do § 2º	456
13.6.2.4.	Análise do § 3º	457
13.6.3.	Decorrência da prestação de horas extras	457
13.6.4.	Compensação de jornada.....	458
13.6.4.1.	Compensação dentro do mesmo mês	459
13.6.4.2.	Compensação além do mês (“banco de horas”) ...	460
13.6.4.3.	Compensação na modalidade 12x36 (regime de plantão).....	461
13.6.4.4.	Acordo de compensação irregular.....	463
13.6.5.	Horas extras proibidas.....	465
13.6.6.	Jornada do menor em mais de um estabelecimento	466
13.6.7.	Sobrejornada em atividade insalubre.....	466
13.6.8.	Trabalho sob regime de tempo parcial.....	469
13.6.9.	Efeitos pecuniários do trabalho em sobrejornada.....	472
13.6.9.1.	Integração das horas extras à remuneração	475
13.7.	Jornada noturna	477
13.7.1.	Especificidades do rurícola.....	480
13.8.	Deixadinhas.....	481
14.	DURAÇÃO DO TRABALHO – DESCANSOS.....	489
14.1.	Intervalos.....	491
14.1.1.	Intervalos intrajornada	491
14.1.1.1.	Intervalos computados e não computados na jornada de trabalho.....	495
14.1.1.2.	Intervalos intrajornada comuns e especiais.....	496
14.1.1.3.	Intervalos não previstos em lei.....	498
14.1.1.4.	Efeitos jurídicos da não concessão do intervalo intrajornada.....	499
14.1.1.5.	Intervalo intrajornada da mulher, do menor e do rurícola	501
14.1.2.	Intervalo interjornadas	505
14.1.2.1.	Tratamento legal da não concessão do intervalo interjornadas.....	506
14.2.	Descanso semanal remunerado (ou repouso semanal remunerado).....	508
14.2.1.	Previsão legal	508
14.2.2.	Coincidência com o domingo.....	509
14.2.3.	Remuneração do descanso semanal.....	509
14.2.4.	Consequências da não concessão do DSR.....	513
14.3.	Feriados.....	514
14.4.	Deixadinhas	517

15. FÉRIAS	519
15.1. Duração das férias.....	521
15.1.1. Duração das férias em contratos sob o regime de tempo parcial.....	522
15.1.2. Aquisição do direito às férias e faltas justificadas.....	523
15.2. Aquisição do direito às férias e serviço militar.....	524
15.3. Perda do direito às férias.....	525
15.4. Da concessão e da época das férias.....	529
15.4.1. Das formalidades relativas à concessão das férias.....	531
15.4.2. Da época de concessão das férias.....	531
15.4.3. Concessão das férias fora do prazo (férias vencidas).....	532
15.4.4. Vedação ao trabalho durante o período destinado ao gozo de férias.....	533
15.5. Férias coletivas.....	535
15.5.1. Das formalidades relativas à concessão das férias coletivas.....	535
15.5.2. Férias coletivas para empregados com período aquisitivo incompleto.....	536
15.6. Férias e remuneração.....	537
15.6.1. Abono pecuniário de férias.....	540
15.6.2. Natureza jurídica do abono pecuniário.....	546
15.6.3. Época do pagamento das férias.....	546
15.7. Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho.....	547
15.7.1. Natureza jurídica das férias indenizadas.....	550
15.8. Prescrição e férias.....	551
15.9. Deixadinhas.....	554
16. REMUNERAÇÃO	559
16.1. Conceito de salário.....	560
16.2. Distinção entre salário e remuneração.....	560
16.2.1. Gorjetas próprias vs. gorjetas impróprias.....	562
16.2.2. Critérios de custeio e rateio das gorjetas.....	563
16.2.3. Gueltas.....	565
16.3. Características do salário.....	567
16.4. Terminologia: diferentes acepções de salário.....	569
16.5. Formas de estipulação do pagamento do salário.....	570
16.5.1. Salário por unidade de tempo.....	570
16.5.2. Salário por produção (ou por unidade de obra).....	571
16.5.3. Salário por tarefa.....	572
16.6. Composição do complexo salarial: integração e incorporação.....	573
16.7. Parcelas salariais.....	576
16.7.1. Adicionais.....	577
16.7.1.1. Adicional de insalubridade e hora extra.....	579
16.7.1.2. Adicional de periculosidade – Integração.....	579
16.7.1.3. Adicional de periculosidade – Integração no adicional noturno.....	580
16.7.1.4. Adicional noturno – Integração nas horas extras.....	580
16.7.1.5. Integração das horas extras e adicionais no FGTS.....	581
16.7.1.6. Cálculo da hora extra.....	581
16.7.2. Gratificações legais.....	582

16.7.3.	Décimo terceiro salário	584
16.7.4.	Comissões	586
16.8.	Parcelas não salariais	593
16.8.1.	Abono	593
16.8.2.	Ajuda de custo	594
16.8.3.	Auxílio-alimentação.....	595
16.8.4.	Diárias para viagem	597
16.8.5.	Gratificações meramente ajustadas.....	597
	16.8.5.1. Gratificação semestral	598
	16.8.5.2. Gratificação de quebra de caixa.....	598
	16.8.5.3. Gratificação por tempo de serviço	599
16.8.6.	Prêmios ou bônus.....	600
16.8.7.	Participação nos lucros ou resultados (PLR)	602
16.8.8.	Verba de representação.....	603
16.8.9.	Abono do PIS.....	603
16.8.10.	<i>Stock options</i>	604
16.8.11.	Salário-família	604
16.9.	Meios de pagamento do salário	606
16.10.	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	608
16.10.1.	Art. 458 da CLT: rol exemplificativo	614
16.10.2.	Parte paga em dinheiro	614
16.10.3.	Valor das utilidades.....	614
16.10.4.	Tratamento diferenciado do rural	617
16.10.5.	Tratamento diferenciado do doméstico.....	618
16.10.6.	Utilidades sem natureza salarial	619
16.11.	Tempo de pagamento do salário.....	623
16.11.1.	Mora contumaz e débito salarial	624
16.12.	Local e forma de pagamento do salário.....	625
16.13.	Sistemas de garantias salariais.....	626
16.13.1.	Proteção quanto ao valor (irredutibilidade salarial)	626
16.13.2.	Proteção quanto ao valor mínimo do salário	628
	16.13.2.1. Salário mínimo legal.....	628
	16.13.2.2. Pisos estaduais.....	630
	16.13.2.3. Salário profissional	630
	16.13.2.4. Salário normativo e salário convencional	631
	16.13.2.5. Política salarial	631
16.13.3.	Proteção quanto aos possíveis abusos do empregador.....	632
	16.13.3.1. Prazo para pagamento do salário	632
	16.13.3.2. Lugar do pagamento	633
	16.13.3.3. Meios de pagamento	633
	16.13.3.4. Quem deve receber	633
	16.13.3.5. Retenção do salário.....	633
	16.13.3.6. Descontos permitidos	633
16.13.4.	Proteção quanto a atos de terceiros.....	638
16.13.5.	Proteção quanto a atos do próprio empregado	639
16.14.	Deixadinhas.....	640
17.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	649
17.1.	Conceito.....	649
17.2.	Fundamento legal.....	649
17.3.	Requisitos	650

17.3.1.	Identidade de função	651
17.3.2.	Identidade de empregador	652
17.3.3.	Identidade de localidade de prestação dos serviços	654
17.3.4.	Simultaneidade do exercício da mesma função.....	655
17.4.	Fatos que inviabilizam a equiparação salarial	656
17.4.1.	Diferença de perfeição técnica (aspecto qualitativo).....	656
17.4.2.	Diferença de produtividade (aspecto quantitativo).....	657
17.4.3.	Diferença de tempo de serviço	657
17.4.4.	Existência de quadro de carreira ou plano de cargos e salários.....	657
17.4.5.	Paradigma em readaptação funcional.....	659
17.5.	Vedação à equiparação em cadeia	660
17.6.	Equiparação na hipótese de cessão de empregados	660
17.7.	Equiparação salarial e serviço público.....	661
17.8.	Salário de substituição	662
17.9.	Prescrição da pretensão à equiparação salarial	664
17.10.	Multa por discriminação em razão de sexo ou etnia	664
17.11.	Deixadinhas.....	666
18.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	669
18.1.	Generalidades e fundamento legal.....	669
18.2.	Requisitos para a alteração lícita do contrato de trabalho	670
18.3.	<i>Jus variandi</i>	671
18.4.	Situações-tipo de alteração contratual	672
18.4.1.	Rebaixamento de função	672
18.4.2.	Reversão	672
18.4.3.	Alteração de função em caso de extinção de cargo	673
18.4.4.	Readaptação	674
18.4.5.	Promoção	674
18.4.6.	Outras mudanças de função.....	674
18.4.7.	Redução da jornada de trabalho	675
18.4.8.	Transferência de turno de trabalho.....	676
18.4.9.	Alteração da jornada do bancário.....	677
18.4.10.	Alteração do horário de trabalho.....	678
18.4.11.	Uso de uniforme.....	678
18.4.12.	Forma de remuneração.....	679
18.4.13.	Alteração do regulamento da empresa.....	679
18.4.14.	Alteração de regime de trabalho (teletrabalho ↔ presencial)....	680
18.4.15.	Alteração do contrato de trabalhadores hiperssuficientes	680
18.4.16.	Alteração do contrato por norma coletiva	681
18.5.	Transferência.....	681
18.5.1.	Regra geral	681
18.5.2.	Exceções legais	681
18.5.3.	Adicional de transferência	683
18.5.4.	Despesas decorrentes da transferência	684
18.5.5.	Transferências vedadas por lei	685
18.5.6.	Transferência para o exterior	685
18.6.	Deixadinhas.....	689
19.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	693
19.1.	Suspensão do contrato de trabalho	694

19.2.	Interrupção do contrato de trabalho.....	694
19.3.	Exceções à regra geral distintiva	695
19.4.	Hipóteses de suspensão (situações-tipo)	696
19.4.1.	Faltas injustificadas.....	696
19.4.2.	Suspensão disciplinar (art. 474 da CLT).....	696
19.4.3.	Suspensão do empregado estável visando ao ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave (art. 494 c/c o art. 853 da CLT)	696
19.4.4.	Afastamento para participação em curso de qualificação profissional (art. 476-A da CLT)	698
19.4.5.	Afastamento para exercício de cargo de dirigente sindical (art. 543, § 2º, da CLT).....	699
19.4.6.	Afastamento de empregado eleito diretor de sociedade anônima	699
19.4.7.	Afastamento por doença, a partir do 16º dia (art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213/1991).....	700
19.4.8.	Greve (art. 7º da Lei nº 7.783/1989).....	701
19.4.9.	Licenças não remuneradas em geral.....	701
19.4.10.	Aposentadoria por invalidez (art. 475, <i>caput</i> , da CLT, c/c a Súmula 160 do TST e os arts. 43 e 47 da Lei nº 8.213/1991)...	702
19.4.11.	Prisão provisória do empregado	703
19.4.12.	Afastamento para cumprimento de encargo público diferente do serviço militar (art. 483, § 1º, c/c o art. 472 da CLT).....	703
19.4.13.	Afastamento para prestação do serviço militar obrigatório (art. 472 da CLT).....	704
19.4.14.	Afastamento por acidente de trabalho, a partir do 16º dia (art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213/1991)	706
19.4.15.	Período de inatividade no trabalho intermitente	707
19.5.	Efeitos jurídicos da suspensão contratual	707
19.6.	Retorno ao trabalho depois de cessada a suspensão	708
19.7.	Hipóteses de interrupção (situações-tipo).....	710
19.7.1.	Art. 473 da CLT.....	710
19.7.2.	Férias (art. 7º, XVII, da CRFB)	713
19.7.3.	Feriados (art. 1º da Lei nº 605/1949).....	713
19.7.4.	Repouso semanal remunerado – RSR (art. 7º, XV, da CRFB)	713
19.7.5.	Licença-paternidade (art. 7º, XIX, da CRFB, c/c o art. 10, § 1º, do ADCT, c/c o art. 1º, II, da Lei nº 11.770/2008).....	713
19.7.6.	Primeiros 15 dias de afastamento por acidente de trabalho ou doença (art. 60, § 3º, da Lei nº 8.213/1991).....	713
19.7.7.	Licenças remuneradas em geral e outras faltas justificadas ...	714
19.7.8.	Atuação do empregado como conciliador em Comissão de Conciliação Prévia – CCP (art. 625-B, § 2º, da CLT)	714
19.7.9.	<i>Lockout</i>	714
19.7.10.	Participação em eleições em virtude de convocação da Justiça Eleitoral.....	715
19.7.11.	Participação como jurado em sessões do Tribunal do Júri....	715
19.7.12.	Aborto comprovado por atestado médico oficial (art. 395 da CLT).....	715
19.7.13.	Aviso prévio (art. 488 da CLT)	715

19.7.14.	Licença-maternidade (art. 7º, XVIII, da CRFB, c/c o art. 71 da Lei nº 8.213/1991 e o art. 392-A da CLT).....	716
19.7.15.	Representação dos trabalhadores junto ao Conselho Curador do FGTS (art. 3º, § 7º, da Lei nº 8.036/1990).....	717
19.7.16.	Representação dos trabalhadores junto ao Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS (art. 3º, § 6º, da Lei nº 8.213/1991).....	717
19.8.	Efeitos jurídicos da interrupção contratual.....	720
19.9.	Retorno ao trabalho depois de cessada a interrupção.....	720
19.10.	Aplicação nos contratos por prazo determinado.....	721
19.11.	Deixadinhas.....	721
20.	EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	725
20.1.	Princípios aplicáveis à extinção contratual	726
20.2.	Terminologia e verbas rescisórias	727
20.3.	Extinção normal do contrato de trabalho.....	729
20.4.	Extinção antecipada do contrato a termo.....	730
20.4.1.	Extinção antecipada por iniciativa do empregador.....	730
20.4.2.	Extinção antecipada por iniciativa do empregado	732
20.4.3.	Extinção antecipada na vigência de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada	733
20.4.4.	Rescisão antecipada do contrato a termo em virtude de força maior ou culpa recíproca	734
20.5.	Extinção por ato voluntário imotivado (resilição contratual).....	735
20.5.1.	Pedido de demissão.....	736
20.5.2.	Dispensa sem justa causa.....	737
20.5.3.	Extinção por acordo entre empregado e empregador (distrito)	740
20.6.	Extinção por ato voluntário motivado (resolução contratual).....	741
20.6.1.	Dispensa do empregado por justa causa.....	741
20.6.1.1.	Nomenclatura: falta grave vs. justa causa	742
20.6.1.2.	Requisitos para imposição de sanção disciplinar	742
20.6.1.3.	Faltas em espécie	746
20.6.1.4.	Efeitos da dispensa motivada	758
20.6.2.	Rescisão indireta	758
20.6.2.1.	Hipóteses legais de justa causa do empregador... ..	759
20.6.2.2.	Assédio sexual	762
20.6.2.3.	Procedimento da dispensa indireta.....	763
20.6.2.4.	Direitos do empregado na dispensa indireta	765
20.6.2.5.	Situações especiais previstas no art. 483.....	765
20.6.3.	Extinção do contrato por culpa recíproca.....	766
20.7.	Extinção atípica do contrato de trabalho por fato involuntário.....	768
20.7.1.	Rescisão (nulidade)	768
20.7.2.	Força maior.....	769
20.7.3.	Fato do príncipe (<i>factum principis</i>).....	769
20.7.4.	Morte do empregado	771
20.7.5.	Morte do empregador pessoa física	771
20.7.6.	Extinção da empresa ou estabelecimento	772
20.7.7.	Falência da empresa	772
20.8.	Programa de incentivo ao desligamento voluntário – PIDV	772

20.9.	Dispensa coletiva.....	775
20.10.	Questão da aposentadoria espontânea.....	776
20.11.	Formalidades rescisórias e pagamento das verbas rescisórias (art. 477)...	776
20.11.1.	Fim da assistência à rescisão e homologação	777
20.11.2.	Formalização dos pagamentos rescisórios e limites da quitação...	777
20.11.3.	Limitações quanto à forma de pagamento das verbas rescisórias	779
20.11.4.	Limitação a descontos nas parcelas rescisórias.....	779
20.11.5.	Prazo para pagamento das verbas rescisórias	781
20.11.6.	Multa por inobservância do disposto no § 6º do art. 477.....	782
20.11.6.1.	Prazo para pagamento vs. modalidade da dispensa....	784
20.11.6.2.	Massa falida – Inaplicabilidade	785
20.11.6.3.	Pessoas jurídicas de direito público – Aplicabilidade.....	785
20.11.6.4.	Depósito bancário e ação de consignação	786
20.11.6.5.	Existência de fundada controvérsia quanto à existência da obrigação.....	786
20.11.6.6.	Parcelamento das verbas rescisórias.....	787
20.11.7.	Formalização da extinção contratual na CTPS.....	788
20.12.	Quitação parcial de verbas trabalhistas.....	789
20.13.	Deixadinhas.....	796
21.	Aviso prévio.....	803
21.1.	Conceito e características	803
21.2.	Finalidade	804
21.3.	Cabimento	804
21.4.	Fundamento legal e prazo.....	807
21.5.	Contagem do prazo e forma.....	809
21.6.	Reciprocidade da obrigação e irrenunciabilidade.....	810
21.6.1.	Aviso prévio concedido pelo empregador	810
21.6.2.	Aviso prévio concedido pelo empregado	812
21.7.	Base de cálculo do aviso prévio	813
21.8.	Natureza do aviso prévio e indenização do período respectivo	814
21.9.	Aviso prévio e garantias de emprego.....	814
21.10.	Reajustamento de salário e aviso prévio	818
21.11.	Jornada reduzida no curso do aviso prévio.....	818
21.11.1.	A quem cabe a decisão sobre a redução.....	819
21.11.2.	No caso da falta durante sete dias corridos, estes dias são concedidos sempre no final do aviso prévio?.....	820
21.11.3.	A redução do art. 488 e as jornadas já reduzidas.....	820
21.11.4.	Impossibilidade de substituição da redução da jornada pelo pagamento das horas	821
21.11.5.	Efeito do aviso prévio concedido sem a redução da jornada....	821
21.11.6.	Tratamento dispensado ao rural e ao doméstico	822
21.11.7.	Redução de jornada no aviso prévio proporcional.....	822
21.12.	Aviso prévio e retratação.....	823
21.13.	Aviso prévio e justa causa.....	824
21.14.	Aviso prévio indenizado e tempo de serviço	825
21.15.	Aviso prévio e prescrição	826
21.16.	Aviso prévio proporcional (Lei nº 12.506/2011).....	826

21.16.1.	Eficácia temporal da nova Lei.....	827
21.16.2.	Contagem do acréscimo proporcional ao tempo de serviço....	827
21.16.3.	Destinatários do direito.....	830
21.16.4.	O aviso prévio proporcional se aplica também ao empregado? ..	831
21.16.5.	Projeção do aviso prévio proporcional.....	831
21.16.6.	Redução da jornada durante o aviso prévio proporcional	833
21.16.7.	Cumprimento do aviso prévio proporcional: aviso prévio misto?	834
21.17.	Deixadinhas.....	839
22.	ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO.....	843
22.1.	Generalidades e antecedentes históricos.....	844
22.2.	Terminologia e classificação.....	848
22.3.	Garantia de emprego do dirigente sindical.....	849
22.3.1.	Inquérito judicial para apuração de falta grave.....	850
22.3.2.	Comunicação ao empregador.....	850
22.3.3.	Limitação quanto ao número de dirigentes estáveis.....	851
22.3.4.	Empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical ..	852
22.3.5.	Extinção da atividade empresarial.....	852
22.3.6.	Registro da candidatura durante o aviso prévio.....	853
22.3.7.	Destinatários da garantia	853
22.3.8.	Sindicato sem registro no Ministério da Economia	854
22.4.	Representantes dos trabalhadores na CIPA (cipeiro).....	856
22.5.	Gestante	859
22.5.1.	Doméstica gestante.....	859
22.5.2.	Renúncia ao direito à estabilidade	860
22.5.3.	Garantia de emprego vs. licença-maternidade.....	861
22.5.4.	Estabilidade relativa.....	862
22.5.5.	Responsabilidade objetiva do empregador.....	863
22.5.6.	Reintegração vs. indenização.....	865
22.5.7.	Contrato por prazo determinado (inclusive contrato de experi- ência).....	866
22.5.8.	Aborto, nascimento sem vida e adoção	867
22.5.9.	Falecimento da genitora: estabilidade assegurada ao guar- dião.....	870
22.5.10.	Aviso prévio	870
22.6.	Empregado acidentado.....	870
22.6.1.	Constitucionalidade do art. 118 da Lei nº 8.213/1991.....	871
22.6.2.	Requisitos para aquisição da garantia de emprego	872
22.6.3.	Aviso prévio e estabilidade acidentária	873
22.6.4.	Contratos a termo (inclusive contrato de experiência).....	874
22.7.	Representantes dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS	874
22.8.	Representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS.....	875
22.9.	Empregado eleito diretor de cooperativa de consumo	876
22.10.	Representantes dos empregados nas Comissões de Conciliação Prévia – CCPs.....	876
22.11.	Membro da comissão de representantes dos empregados	877
22.12.	Aprendiz	878
22.13.	Empregado reabilitado ou portador de necessidades especiais.....	878
22.14.	Empregado portador de doença grave.....	879

22.15.	Efeitos jurídicos da dispensa irregular.....	881
22.16.	Prazo para ajuizar ação em face de dispensa arbitrária.....	882
22.17.	Extinção da estabilidade.....	883
22.18.	Deixadinhas.....	888
23.	FGTS.....	893
23.1.	Generalidades e antecedentes históricos.....	893
23.2.	Conceito e natureza jurídica.....	894
23.3.	Cabimento e imperatividade do recolhimento.....	894
23.4.	Alíquotas.....	895
23.5.	Base de cálculo.....	896
23.6.	Prazos para recolhimento.....	898
23.7.	Afastamentos.....	898
23.8.	Contrato nulo por ausência de concurso público.....	899
23.9.	Atualização dos valores depositados.....	900
23.10.	Aposentadoria espontânea.....	900
23.11.	Prescrição do FGTS.....	901
23.12.	Movimentação da conta vinculada (saque).....	903
23.13.	Fiscalização do FGTS.....	906
23.14.	Administração do Fundo.....	909
23.14.1.	Conselho Curador.....	909
23.14.2.	Ministério do Desenvolvimento Social – gestor da aplicação....	910
23.14.3.	Caixa Econômica Federal – CEF – agente operador.....	911
23.15.	Deixadinhas.....	914
24.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	917
24.1.	Tratamento celetista dispensado aos homens e às mulheres.....	918
24.2.	Duração do trabalho da mulher.....	919
24.3.	Proteção contra a discriminação.....	919
24.4.	Natureza jurídica das normas de proteção do trabalho da mulher.....	923
24.5.	Trabalho noturno da mulher.....	923
24.6.	Descansos trabalhistas.....	924
24.7.	Métodos e locais de trabalho.....	926
24.8.	Limites ao carregamento de peso.....	928
24.9.	Proteção à maternidade.....	929
24.9.1.	Vedação à discriminação em razão de casamento ou gravi- dez.....	929
24.9.2.	Licença-maternidade.....	929
24.9.3.	Direitos assegurados durante a gravidez e a lactação.....	931
24.9.4.	Direitos assegurados ao adotante.....	934
24.9.5.	Remuneração durante a licença-maternidade.....	935
24.9.6.	Rompimento contratual por recomendação médica.....	936
24.9.7.	Aborto não criminoso.....	937
24.9.8.	Intervalos para amamentação.....	937
24.10.	Garantia de emprego conferida à gestante.....	939
24.11.	Deixadinhas.....	941
25.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR.....	945
25.1.	Conceito de menor para fins trabalhistas.....	947
25.2.	Idade para o trabalho e capacidade.....	947

25.3.	Trabalho vedado ao menor.....	948
25.3.1.	Trabalho noturno.....	949
25.3.2.	Trabalho insalubre ou perigoso.....	949
25.3.3.	Trabalho em locais prejudiciais à sua formação.....	950
25.3.4.	Trabalho doméstico.....	950
25.3.5.	Limite de carregamento de peso.....	951
25.4.	Trabalho artístico de crianças e adolescentes.....	951
25.5.	Afastamento do menor por determinação da autoridade competente...	952
25.6.	Rescisão pleiteada pelo responsável legal.....	952
25.7.	Limites à duração do trabalho do menor.....	952
25.8.	Admissão e desligamento.....	954
25.9.	Prescrição.....	955
25.10.	Deixadinhas.....	957
26.	SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR.....	959
26.1.	Introdução.....	960
26.2.	Meio ambiente do trabalho.....	960
26.3.	Deveres do empregador.....	961
26.4.	Deveres do empregado.....	962
26.5.	Competência regulamentadora em matéria de saúde e segurança do trabalhador.....	962
26.6.	Competência da Superintendência Regional do Trabalho.....	963
26.7.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.....	964
26.8.	Equipamentos de Proteção Individual – EPI.....	965
26.9.	Atividades insalubres.....	966
26.10.	Atividades perigosas.....	976
26.10.1.	Adicional de periculosidade e base de cálculo.....	978
26.10.2.	Exposição intermitente e eventual.....	979
26.10.3.	Sistema elétrico de potência.....	981
26.10.4.	Radiação ionizante e substância radioativa.....	981
26.10.5.	Armazenamento de líquido inflamável em construção vertical.....	982
26.10.6.	Permanência de tripulação ou motorista durante o abastecimento da aeronave ou veículo.....	983
26.11.	Adicional de insalubridade ou adicional de periculosidade.....	984
26.11.1.	Crítica ao § 2º do art. 193 da CLT.....	985
26.11.2.	Evolução da jurisprudência sobre o tema.....	985
26.12.	Regras comuns à insalubridade e à periculosidade.....	990
26.13.	Deixadinhas.....	993
27.	DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO.....	997
27.1.	Generalidades.....	998
27.2.	Base legal.....	998
27.3.	Organização da fiscalização do trabalho.....	999
27.3.1.	Competência das autoridades de direção do SFIT.....	1002
27.3.2.	Atividades auxiliares à inspeção do trabalho.....	1002
27.4.	Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho.....	1003
27.4.1.	Limites entre a fiscalização e a jurisdição.....	1011
27.4.2.	Limites entre a inspeção do trabalho e a atuação do MPT...	1014
27.5.	Vedações impostas aos Auditores Fiscais do Trabalho.....	1019

27.6.	Destinatários da inspeção do trabalho	1020
27.7.	Rotina da inspeção do trabalho.....	1020
27.7.1.	Modalidades de fiscalização.....	1021
27.7.2.	Identificação do Auditor Fiscal.....	1022
27.7.3.	Prerrogativas do Auditor Fiscal do Trabalho.....	1022
27.7.4.	Orientação e dupla visita	1027
27.7.4.1.	Hipóteses de aplicação do critério da dupla visita....	1028
27.7.4.2.	Exceções ao critério da dupla visita.....	1031
27.7.4.3.	Forma de aplicação/aferição da dupla visita	1032
27.7.4.4.	Efeito jurídico da inobservância ao critério da dupla visita	1033
27.7.5.	Procedimento especial para a ação fiscal.....	1033
27.7.6.	Ações coletivas de prevenção	1034
27.7.7.	Reiterada ação fiscal	1035
27.7.8.	Lavratura do auto de infração.....	1035
27.7.9.	Domicílio Eletrônico Trabalhista.....	1037
27.7.10.	Fim da obrigatoriedade de manutenção do Livro de Inspeção do Trabalho.....	1038
27.8.	Processo de multas administrativas.....	1038
27.8.1.	Defesa escrita.....	1039
27.8.2.	Imposição de multa.....	1040
27.8.3.	Recurso administrativo.....	1042
27.8.4.	Depósito, inscrição e cobrança	1044
27.9.	Combate ao trabalho infantil e às condições análogas à de escravidão....	1045
27.9.1.	Combate ao trabalho infantil	1045
27.9.2.	Combate ao trabalho em condições análogas à de escravo ...	1047
27.9.3.	Caracterização do trabalho em condições análogas às de es- cravo.....	1048
27.9.3.1.	Sujeição do obreiro a trabalhos forçados.....	1048
27.9.3.2.	Sujeição do trabalhador a jornada exaustiva.....	1050
27.9.3.3.	Sujeição do trabalhador a condições degradantes de trabalho	1050
27.9.3.4.	Restrição, por qualquer meio, de locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto, no momento da con- tratação ou no curso do contrato de trabalho.....	1052
27.9.3.5.	Retenção do trabalhador no local de trabalho em razão de cerceamento do uso de qualquer meio de transporte.....	1053
27.9.3.6.	Retenção do trabalhador no local de trabalho em razão de manutenção de vigilância ostensiva	1053
27.9.3.7.	Retenção do trabalhador no local de trabalho em razão de apoderamento de documentos ou objetos pessoais.....	1054
27.9.4.	Combate ao trabalho em condições análogas às de escravo pela fiscalização do trabalho	1054
27.9.4.1.	Aspectos gerais da ação fiscal	1054
27.9.4.2.	Medidas adotadas pelo Auditor Fiscal do Trabalho diante da constatação de trabalho escravo	1055
27.9.4.3.	Medidas a que se sujeita o infrator.....	1056
27.10.	Deixadinhas.....	1064

28. PRESCRIÇÃO	1071
28.1. Conceito.....	1072
28.2. A imprescritibilidade dos fatos	1073
28.3. Distinção entre prescrição e decadência	1075
28.4. Contagem do prazo prescricional.....	1077
28.4.1. Data de início da contagem da prescrição	1077
28.4.2. Data de término da contagem da prescrição	1081
28.5. Prescrição trabalhista – Previsão legal e prazos	1081
28.6. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas	1083
28.6.1. Causas impeditivas.....	1084
28.6.2. Causas suspensivas	1086
28.6.3. Causas interruptivas	1087
28.7. Prescrição parcial e total.....	1088
28.8. Estudo avançado da prescrição	1091
28.8.1. Prescrição total e prescrição parcial: estudo avançado	1091
28.8.2. Supressão de comissões.....	1093
28.8.3. Desvio funcional e reenquadramento funcional.....	1093
28.8.4. Supressão das horas extras.....	1095
28.8.5. Equiparação salarial	1096
28.8.6. Gratificação semestral.....	1096
28.8.7. Alteração de regime jurídico (celetista para estatutário).....	1097
28.8.8. Complementação de aposentadoria	1097
28.9. Prescrição aplicável ao trabalhador rural.....	1098
28.10. Prescrição aplicável ao doméstico	1099
28.11. Prescrição aplicável ao trabalhador avulso	1099
28.12. Prescrição aplicável ao estagiário.....	1101
28.13. Prescrição do FGTS.....	1101
28.14. Arguição da prescrição	1102
28.15. Prescrição intercorrente.....	1104
28.16. Deixadinhas.....	1108
29. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1113
29.1. Introdução	1113
29.2. Princípios do Direito Coletivo do Trabalho.....	1114
29.2.1. Princípio da liberdade associativa e sindical.....	1114
29.2.2. Princípio da autonomia sindical.....	1115
29.2.3. Princípio da intervenção sindical na normatização coletiva...	1117
29.2.4. Princípio da equivalência dos contratantes coletivos	1117
29.2.5. Princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas	1118
29.2.6. Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva	1118
29.2.7. Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.....	1118
29.2.8. Princípio da prevalência relativa do negociado sobre o legislado.....	1119
29.3. Sindicato	1121
29.3.1. Conceito	1121
29.3.2. Natureza jurídica.....	1122
29.3.3. Unicidade <i>vs.</i> pluralidade sindical.....	1122
29.3.4. Registro do sindicato	1123

29.3.5.	Categoria profissional, categoria econômica e categoria diferenciada	1126
29.3.5.1.	Categoria profissional.....	1126
29.3.5.2.	Categoria econômica.....	1131
29.3.5.3.	Categoria diferenciada	1131
29.3.6.	Limitação da base territorial dos sindicatos no Brasil.....	1133
29.3.7.	Atribuições e prerrogativas do sindicato.....	1134
29.3.7.1.	Representação dos trabalhadores.....	1134
29.3.7.2.	Negociação coletiva.....	1135
29.3.7.3.	Assistência aos integrantes da categoria.....	1135
29.3.8.	Sistema de custeio da atividade sindical.....	1136
29.3.9.	Estrutura sindical (sindicato, federação e confederação).....	1140
29.3.10.	Estrutura interna do sindicato	1144
29.3.10.1.	Órgãos do sindicato	1144
29.3.10.2.	Registro no Ministério da Economia.....	1147
29.3.11.	Garantias contra práticas antissindicalistas.....	1147
29.4.	Negociação coletiva	1148
29.4.1.	Convenção coletiva de trabalho <i>vs.</i> acordo coletivo de trabalho	1148
29.4.2.	Natureza jurídica dos instrumentos coletivos de trabalho	1149
29.4.3.	Legitimação para a negociação coletiva.....	1149
29.4.4.	Conteúdo do instrumento coletivo.....	1150
29.4.5.	Forma do instrumento coletivo.....	1151
29.4.6.	Vigência do instrumento coletivo	1154
29.4.7.	Duração dos efeitos do instrumento coletivo	1155
29.4.8.	Prorrogação, revisão, denúncia, revogação e extensão da norma coletiva.....	1158
29.4.9.	Efeitos do ACT e da CCT	1159
29.4.10.	Hierarquia entre CCT e ACT	1160
29.4.11.	Limites à negociação coletiva e prevalência do negociado sobre o legislado	1161
29.4.11.1.	Hipóteses de flexibilização mediante norma coletiva (prevalência do negociado sobre o legislado).....	1162
29.4.11.2.	Objeto ilícito de convenção ou acordo coletivo de trabalho: o que não está sujeito à flexibilização....	1166
29.5.	Deixadinhas.....	1172
30.	DIREITO DE GREVE	1181
30.1.	Conceito legal	1182
30.2.	Escopo da greve	1183
30.3.	Efeitos da greve sobre o contrato de trabalho	1184
30.4.	Limites impostos ao direito de greve.....	1187
30.4.1.	Condutas associadas à greve	1187
30.4.2.	Atos preparatórios e procedimentos indispensáveis	1190
30.4.2.1.	Frustração da via negocial.....	1190
30.4.2.2.	Aviso prévio.....	1190
30.4.2.3.	Deliberação em assembleia geral.....	1191
30.4.2.4.	Garantia da manutenção de atividades mínimas na empresa.....	1191
30.4.2.5.	Limites à greve em atividades essenciais	1192

30.4.3.	Direito de greve e categorias tratadas de forma diferenciada.....	1194
30.4.3.1.	Militares.....	1194
30.4.3.2.	Servidores públicos	1194
30.5.	Abuso do direito de greve.....	1195
30.6.	Julgamento da greve.....	1196
30.7.	Responsabilidade dos grevistas.....	1197
30.8.	<i>Lockout</i> ou locaute.....	1198
30.9.	Deixadinhas.....	1202
31.	COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1207
31.1.	Conceito e função.....	1208
31.2.	Facultatividade de instituição <i>vs.</i> imperatividade de utilização.....	1208
31.3.	Comissão constituída no âmbito da empresa.....	1210
31.4.	Efeitos da conciliação na CCP	1211
31.5.	Influência sobre a prescrição	1213
31.6.	Deixadinhas.....	1214
32	DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES.....	1217
32.1.	Destinatários dos direitos constitucionais dos trabalhadores.....	1218
32.2.	Direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores.....	1220
32.2.1.	Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (inciso I)...	1220
32.2.2.	Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (inciso II)	1221
32.2.3.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (inciso III)	1228
32.2.4.	Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (inciso IV)...	1228
32.2.5.	Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho (inciso V).....	1229
32.2.6.	Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (inciso VI).....	1229
32.2.7.	Garantia do salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (inciso VII).....	1230
32.2.8.	Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria (inciso VIII)	1230
32.2.9.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno (inciso IX).....	1230
32.2.10.	Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa (inciso X).....	1231
32.2.11.	Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei (inciso XI).....	1231
32.2.12.	Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei (inciso XII).....	1231

32.2.13.	Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (inciso XIII)	1232
32.2.14.	Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva (inciso XIV)	1233
32.2.15.	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (inciso XV)	1233
32.2.16.	Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (inciso XVI).....	1233
32.2.17.	Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal (inciso XVII).....	1234
32.2.18.	Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias (inciso XVIII)	1234
32.2.19.	Licença-paternidade, nos termos fixados em lei (inciso XIX)	1234
32.2.20.	Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei (inciso XX).....	1235
32.2.21.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei (inciso XXI)	1236
32.2.22.	Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (inciso XXII).....	1236
32.2.23.	Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei (inciso XXIII).....	1236
32.2.24.	Aposentadoria (inciso XXIV).....	1237
32.2.25.	Assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas (inciso XXV).....	1237
32.2.26.	Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (inciso XXVI).....	1237
32.2.27.	Proteção em face da automação, na forma da lei (inciso XXVII)	1238
32.2.28.	Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa (inciso XXVIII).....	1238
32.2.29.	Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (inciso XXIX)	1239
32.2.30.	Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (inciso XXX).....	1239
32.2.31.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (inciso XXXI)	1240
32.2.32.	Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos (inciso XXXII)	1240

32.2.33.	Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (inciso XXXIII).....	1241
32.2.34.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso (inciso XXXIV)....	1241
32.2.35.	Garantias aos trabalhadores domésticos dos direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social	1242
32.2.36.	Direito à livre associação sindical	1244
32.2.37.	Direito de greve	1244
32.2.38.	Participação dos trabalhadores nos órgãos colegiados de seu interesse.....	1245
32.2.39.	Eleição de representante dos empregados em grandes empresas.....	1245
32.3.	Deixadinhas.....	1252
BIBLIOGRAFIA		1255
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		1265